

Por que Precisamos de uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas?

Tenente-Coronel (R/1) Geoffrey S. Corn, do Exército dos EUA

DESDE QUE OS abusos de Abu Ghraib no Iraque chegaram ao conhecimento do público, um grupo de críticos, estudiosos e outros professores especializados têm explicado uma abundância de teorias sobre as lições “verdadeiras” daquele incidente.¹ Infelizmente, muitas dessas teorias dependem da relação questionável de uma vinculação causal existente entre o abuso dos detidos e os esforços para os interrogatórios da Coalizão.² Contrário às asserções dos críticos, a lição de Abu Ghraib não foi o bem entendido truísmo que os detidos têm que ser protegidos do tratamento cruel, desumano e degradante durante as interrogações. Pelo contrário, a lição “verdadeira” de Abu Ghraib é muito mais sutil do que isso e é refletida não no fato de que o incidente ocorreu, mas no fato que os eventos ocorridos representam uma exceção ao excelente recorde geral de conformidade com a Lei do Conflito Armado das Forças Armadas dos EUA.

Há 4 anos, desde o início das operações militares relacionadas com a Guerra Global Contra o Terrorismo, os soldados dos EUA já enfrentaram ameaças de ambos os inimigos convencionais e não-convencionais, incluindo forças armadas regulares, grupos de milícias, grupos militantes e membros de organizações terroristas transnacionais equipados e preparados para executar operações de tipo militar. As Forças dos EUA já participaram de ocupações de áreas beligerantes, operações de contra-insurreição e operações de estabilidade e apoio. Um elo comum entre essa quantidade de operações é a complexidade e a grande necessidade de entender e cumprir com a Lei do Conflito Armado. Se existir uma lição unânime aprendida do fracasso de Abu Ghraib, pode-se dizer que a resolução efetiva dos assuntos relacionados à Lei do Conflito Armado é de uma importância profunda

O Tenente-Coronel Geoffrey S. Corn é Professor de Segurança Nacional e de Direito na South Texas College of Law em Houston, Texas. Ele possui o título de Bacharel pela Hartwick College, o de Doutor em Jurisprudência pela George Washington University e o de Mestre em Direito (L.L.M.) da Escola de Justiça Militar. Possui ainda o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. O Ten Cel Corn já desempenhou várias funções de comando e estado-maior no território continental dos EUA.

ao se planejar e executar operações militares pelas Forças Armadas dos EUA. Os desafios associados com a identificação do alcance e aplicabilidade da Lei do Conflito Armado em relação ao componente militar da Guerra Global Contra o Terrorismo são componentes de cada operação militar em cada nível de comando. De fato, os agora notórios “memorandos de tortura” gerados nos níveis mais altos do nosso governo, bem como as determinações escritas pelo Presidente George W. Bush com respeito à aplicabilidade da Lei do Conflito Armado para os membros da Al-Qaeda, demonstram que este desafio já chegou ao escalão mais alto do desenvolvimento da política de segurança nacional.

...apesar de seus melhores esforços, as escolas de justiça militar particulares para cada força singular não possuem os recursos para desenvolver a perícia genuína e aprofundada sobre à Lei do Conflito Armado...

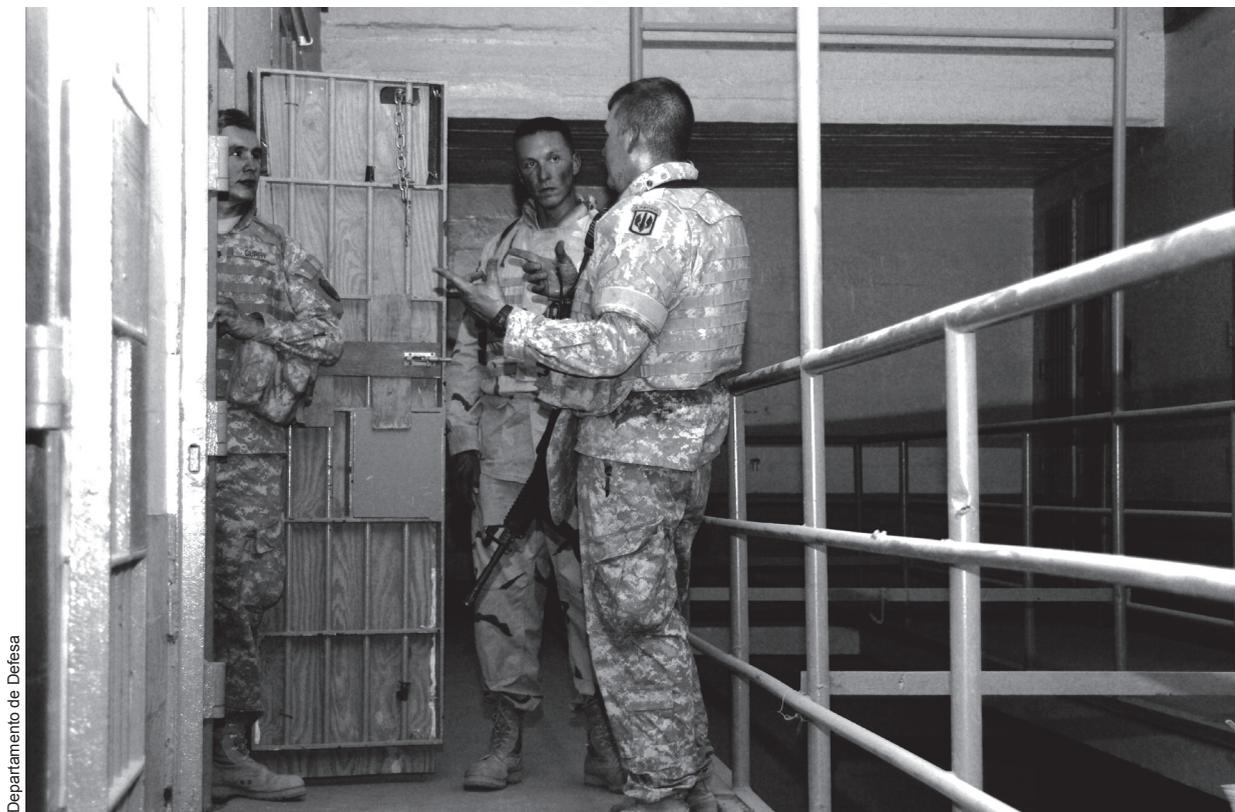
Para se responder às revelações sobre o abuso dos detidos, os aspectos de doutrina, adestramento, execução e liderança dos procedimentos de detenção e interrogação estão sendo avaliados detalhadamente. Este exame pormenorizado conduziu a uma reavaliação da qualidade e eficácia das políticas, doutrina e adestramento existentes para assegurar sua conformidade com a Lei do Conflito Armado. Ironicamente, no entanto, poucas avaliações foram realizadas sobre o componente-chave neste processo de conformidade: o desenvolvimento de uma perícia genuína da Lei do Conflito Armado entre os integrantes da profissão legal militar. Embora não haja nenhuma dúvida de que os esforços incansáveis dos dedicados advogados da justiça militar já tenham contribuído enormemente no planejamento e na execução das operações da Guerra Global Contra o Terrorismo, não existe nenhuma justificativa para que não seja incluída uma crítica da eficácia das técnicas atuais

usadas com o objetivo de melhor preparar os advogados militares para o futuro dentre esse esforço mais amplo de reavaliação.

Tal crítica revelaria uma realidade inaceitável: no Departamento de Defesa falta um centro de excelência dedicado ao estudo legal militar sobre a Lei do Conflito Armado. A perícia para construir um centro existe, mas está dispersa por todo o Departamento de Defesa. Proporcionar um local onde essa perícia possa ser consolidada e desenvolvida ofereceria aos advogados da justiça militar, aos comandantes e outras pessoas interessadas uma grande oportunidade para aprofundarem seus conhecimentos sobre a Lei do Conflito Armado exigida pelo ambiente operacional contemporâneo. Este artigo propõe a criação de tal local: uma Academia da Lei da Guerra das Forças Singulares Combinadas.

Certamente, é verdade que os oficiais de justiça militar de todas as forças singulares já travaram uma valente batalha para assegurar a conformidade com a Lei do Conflito Armado, marcada em um ambiente cuja direção dos formuladores de políticas às vezes se confunde. Infelizmente, essa percepção já serviu como um escudo sutil à crítica genuína da eficácia da Educação Legal Militar Profissional usada para preparar os advogados castrenses para as grandes exigências de servir como assessores jurídicos durante os conflitos armados e outras operações militares. Essa crítica está atrasada; de fato, é essencial assegurar que os advogados militares que aconselham os futuros líderes de combate estejam tão preparados para os desafios do ambiente operacional contemporâneo como as forças que eles apóiam.

Uma crítica da Educação Legal Militar Profissional revela uma necessidade convincente para o desenvolvimento de uma metodologia combinada para a Educação Legal Militar Profissional sobre a Lei do Conflito Armado, ou seja, a criação de uma Academia da Lei da Guerra das Forças Singulares Combinadas. Tal academia pode servir como um verdadeiro centro de excelência para o desenvolvimento de perícia entre os assessores legais militares, proporcionando-lhes uma oportunidade genuína para integrar o grupo de conselheiros no adestramento de guerra combinada e simulações e, também, para servir como um local para se explorar e aperfeiçoar as idéias sobre a regulamentação legal das operações militares.



Departamento de Defesa

Um oficial norte-americano conta a história da prisão de Abu Graib no Iraque. (6 de agosto de 2006)

A proposta para desenvolver uma Academia da Lei da Guerra das Forças Singulares Combinadas é o resultado de duas proposições. Na primeira, o único assunto de direito atualmente ensinado nas escolas particulares de justiça militar para cada força singular, que nunca será utilizada em um contexto específico para uma única força, é a Lei do Conflito Armado. As operações militares contemporâneas não são agora, e nunca mais serão “específicas para uma única força singular”; elas são operações combinadas. Na segunda, apesar de seus melhores esforços, as escolas particulares de justiça militar para cada força singular não possuem os recursos para desenvolver a perícia genuína e aprofundada sobre a Lei do Conflito Armado — um resultado da confluência proibitiva da complexidade das operações militares contemporâneas e do tempo limitado disponível para a Educação Legal Militar Profissional. O Departamento de Defesa precisa de uma outra solução, uma que produza advogados militares atualizados nos aspectos da Lei do Conflito Armado. Esses peritos reduziram o risco inerente dos advogados menos treinados,

proporcionariam melhor apoio para os comandos combatentes e, conseqüentemente, protegeriam melhor os interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Sinais de uma Academia da Lei da Guerra das Forças Singulares Combinadas

Embora qualquer pessoa, prestando atenção rapidamente às notícias, tivesse associado os incidentes de Abu Ghraib com um insucesso dos EUA de conformar-se à Lei do Conflito Armado, existe uma lição mais valiosa, mas menos sensacional, para ser aprendida: o comportamento impróprio que ocorreu naquela instalação de detenção se tornou famoso porque foi uma aberração dentre um recorde geral de aplicação da conformidade legal. O ex-Secretário de Defesa James Schlesinger enfatizou este ponto quando ele explicou os resultados de sua pesquisa sobre o incidente de abuso: “sempre devemos levar em consideração que o desempenho geral dessas Forças Armadas tem sido louvável. Nossas tropas têm desempenhado muito bem seu papel. Leve

em consideração que tivemos aproximadamente 50.000 detidos — e que mais de 300.000 militares de nossas tropas já serviram no Iraque. No entanto, até hoje, temos identificado mais ou menos 300 casos possíveis de abuso, dos quais menos de 100 já foram confirmados. Um terço desses abusos ocorreu no momento da captura.”³

Se, de fato, Abu Ghraib representa uma exceção à conformidade geral com a Lei do Conflito Armado, vale a pena perguntar a razão pela qual o recorde de conformidade dos EUA tem sido tão positivo. Sem dúvida a resposta seria multifacetada, variando entre a qualidade de treinamento e a disciplina dos membros das Forças Armadas para o compromisso sólido da nação de aderir aos valores humanitários fundamentais. Contudo, para dizer em forma menos abstrata, a resposta teria que reconhecer que os altamente qualificados assessores jurídicos militares já contribuíram extensamente a este recorde geral de conformidade.

Então, como é que isso apóia uma tese que sugere

De fato, o desenvolvimento hipotético da carreira de um advogado militar possui um vazio profundo sobre o estudo da Lei do Conflito Armado.

que o método atual de Educação Legal Militar Profissional seja insuficiente? A resposta depende de uma análise dos antecedentes dos assessores jurídicos militares mais antigos que desempenhavam funções durante o planejamento e a execução da Operação *Iraqi Freedom*. Os conselheiros do Exército que ocupavam posições-chave em grandes unidades nas operações de combate terrestre no Iraque tinham conhecimentos abrangentes sobre a lei internacional e operacional — fato pouco comum entre seus colegas.⁴ Quase todos esses oficiais já haviam servido como instrutores de lei internacional e operacional na Escola de Justiça Militar do Exército ou haviam trabalhado na divisão da lei internacional e operacional no Gabinete do Procurador Geral da Justiça Militar. Exceto um, todos os demais tinham servido como assessores jurídicos durante operações de combate ou em uma outra operação de contingência.

O que se podia observar sobre esta equipe de indivíduos capacitados é que seus integrantes representavam um agrupamento de peritos competentes para tratar dos vários assuntos complexos e essenciais da Lei do Conflito Armado relacionados à guerra. Contudo, essa perícia não foi obtida no ambiente de treinamento no trabalho. Pelo contrário, foi desenvolvida ao se aplicar no contexto operacional o conhecimento extensivo derivado das oportunidades de pesquisa do estudo amplo da Lei do Conflito Armado, ou seja, na eficácia da Educação Legal Militar Profissional. Embora seja difícil provar os aspectos negativos, parece razoável presumir que esta perícia coletiva mostrou ser um instrumento para assegurar que o fracasso em Abu Ghraib, realmente, refletiu uma exceção ao comportamento geral.

Este grupo de indivíduos capacitados foi ímpar porque as oportunidades proporcionadas a estes oficiais de justiça militar durante suas carreiras foram excepcionais. De fato, se o alinhamento aleatório dos principais assessores jurídicos tivesse ocorrido durante um outro tempo na história destas unidades, o nível de perícia na Lei do Conflito Armado poderia ter sido dramaticamente outro. Ao contrário desses oficiais, a grande maioria dos advogados militares tem sido obrigada a aprender passo a passo, o resultado das limitadas oportunidades, para que desenvolvam uma base de conhecimento compreensivo orientado para a Lei do Conflito Armado do programa de Educação Legal Militar Profissional.

A Educação Legal Militar Profissional e a Lei do Conflito Armado

Todos os advogados da justiça militar devem ter a oportunidade de desenvolver um entendimento compreensivo da Lei do Conflito Armado, uma disciplina que, como os eventos mais recentes mostraram, é o centro do exercício da lei militar. Esta chance deve ser igual no âmbito e em profundidade àquele grupo de indivíduos altamente capacitados. Infelizmente, elas são raras e em geral insuficientes. De fato, o desenvolvimento hipotético da carreira de um advogado militar possui um vazio profundo sobre o estudo da Lei do Conflito Armado.⁵

Normalmente, os advogados da justiça militar começam suas carreiras militares logo após o término do curso de direito. Os anos de estudo legal antes de receber seu doutorado em jurisprudência incluíram uma imersão extensiva na lei criminal, lei administrativa, lei de contratos e em outras áreas de especialização civil. Contudo, seria incomum se a experiência da escola de direito de um estudante incluísse um estudo extensivo sobre a Lei do Conflito Armado. Assim, quando um novo advogado militar começa

o Curso Básico de Formação de Oficiais da Justiça Militar, ele ou ela virtualmente não tem um embasamento na Lei do Conflito Armado. Infelizmente, a quantidade de tempo dedicado a esta disciplina no Curso Básico de Formação de Oficiais da Justiça Militar é mínimo.⁶

Depois de cumprir o Curso Básico de Formação de Oficiais da Justiça Militar, os novos oficiais se apresentam para assumir seus primeiros cargos. Seus deveres primários da guarnição se enfocam, em geral, na assistência legal, reivindicações, lei administrativa e justiça criminal. Os assuntos referentes à Lei do Conflito Armado geralmente são tratados como um aspecto secundário ou terciário dos seus deveres.

Durante seus rodízios iniciais, talvez tenham a oportunidade de assistir um curso sobre a Lei do Conflito Armado ou a lei operacional em uma das escolas de justiça militar de sua força singular. No entanto, a probabilidade de frequentar um deles é muito pouca, a não ser que estejam designados para a missão, e caso o realizem, geralmente será apenas uma vez. Mesmo completando-os, o tempo dedicado para esses cursos (geralmente 5 a 10 dias) não é suficiente para atender suas necessidades, quando comparado com o tempo que esses oficiais estudaram outras disciplinas de lei.



Departamento de Defesa

A polícia iraquiana proporciona segurança para os detidos que vão ser postos em liberdade na delegacia da província de Al Anbar. (23 de junho de 2006)

Não é o método usual de instrução que torna o oficial apto para o tipo de perícia, geralmente associada a uma profissão legal. Os oficiais nesses cursos não têm que ler ou assimilar nenhum caso, estudar artigos de análise de direito ou outras fontes significativas dessa lei. Eles recebem um esboço da lei, slides em PowerPoint®, palestras e vários casos para serem resolvidos em pequenos grupos. O curso, que não possui provas, geralmente é ministrado durante um curto período entre a programação normal. Logo, é uma realidade que os oficiais não dedicarão muito tempo fora da sala de aula para estudar.

A próxima oportunidade para estudar a Lei do Conflito Armado pode ocorrer durante um programa de Mestrado em Direito, que acontecerá em uma Escola de Justiça Militar do Exército ou em uma escola de direito civil. Normalmente isso acontece entre o 5º e 7º ano de serviço.⁷ Os estudantes que participam desses programas terão a oportunidade de estudar a Lei do Conflito Armado com maior profundidade. Porém, para a maioria dos oficiais, a instrução é limitada às matérias dos principais cursos que receberam anteriormente em suas carreiras. Apenas os oficiais com maior interesse no assunto escolherão os vários cursos eletivos que proporcionam um tratamento mais compreensivo deste assunto. Até os poucos

estudantes que assistem instituições civis terão uma oportunidade limitada para se aprofundar nessa disciplina.

Após graduar-se como Mestre em Direito, ainda relativamente jovem, o advogado militar já não tem mais oportunidade dentro do programa de Educação Legal Militar Profissional para estudar a Lei do Conflito Armado. Por isso, logo que assumem suas responsabilidades de peritos nessa disciplina serão responsáveis por assessorar seus comandantes superiores em um ambiente combinado sobre a Lei do Conflito e não terão mais oportunidades de estudá-la.

Ao contrário da equipe de experientes oficiais capacitados na Operação *Iraqi Freedom*, os futuros típicos conselheiros legais não estarão devidamente preparados para os desafios que enfrentarão. Sem dúvida, cada um deles será dotado de um forte sentimento ético de trabalho, conhecimento e juízo legal superior, todos os quais serão essenciais quando tratarem com os assuntos que enfrentarão como principais conselheiros legais durante as operações de combate. Entretanto, eles terão tido uma oportunidade limitada para desenvolver a base de

Até os poucos estudantes que assistem instituições civis terão uma oportunidade limitada para se aprofundar nessa disciplina.

perícia necessária para satisfazer suas obrigações éticas de competentes advogados. Considere este fato simples: até nossos oficiais hipotéticos assumirem as responsabilidades de justiça militar em uma divisão, a probabilidade de terem lido um caso relacionado à Lei do Conflito Armado (tais como *In re Yamashita*, *Ex parte Quirin* ou o *The High Command Case*) é quase zero. Isto é simplesmente inaceitável.

Igualmente preocupante é que as oportunidades limitadas de desenvolvimento profissional oferecidas a estes oficiais de justiça militar terão sido desenhadas especificamente para cada força singular. Embora as escolas de justiça militar incluam um membro do corpo docente das outras

forças singulares, a Educação Legal Militar Profissional simplesmente não é combinada e os oficiais não terão tido a oportunidade de integrar-se com outros militares especializados que apoiarão no futuro. Por isso, dois aspectos inegáveis do exercício da disciplina da Lei do Conflito Armado (aspectos que distinguem esta matéria de qualquer outra ensinada nas escolas da justiça militar) geralmente estão ausentes no processo da Educação Legal Militar Profissional: a integração operacional e o contexto combinado. Para uma força armada que se engaja decisivamente em operações combinadas e expedicionárias, isso não vai funcionar. Se nossas Forças Armadas vão ter de depender da certeza em vez do alinhamento aleatório de peritos como aconteceu na experiência da Operação *Iraqi Freedom*, este processo de desenvolvimento tem que ser radicalmente reformado.

A Solução: uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas

O processo da Educação Legal Militar Profissional já não é suficiente para cumprir as exigências de uma força chamada para operar em um ambiente legalmente intenso, no qual nossas forças encontram-se agora e continuarão a estar engajadas. Qual é a solução? Uma opção óbvia seria aumentar a ênfase na educação da Lei do Conflito Armado nas escolas existentes das forças singulares. Embora esta opção seja um passo na direção certa, ainda é deficiente. A integração da Lei do Conflito Armado da Educação Legal Militar Profissional no seu currículo mais amplo tem conduzido a uma competição de tempo e de recursos e tem inibido qualquer compromisso genuíno de se tratar a referida lei diferentemente de outras disciplinas legais — um compromisso absolutamente justificado pela natureza e exigências impostas aos oficiais da justiça militar no ambiente operacional.

Ao se manter locais específicos para cada força singular ensinar a Educação Legal Militar Profissional, as forças singulares estão perpetuando uma desvinculação entre a maneira como os advogados militares são treinados e a maneira como lutarão. No entanto, de importância preeminente é que a Educação Legal Militar

Profissional específica para cada força singular priva o Departamento de Defesa da oportunidade de padronizar os conhecimentos dessa especialidade tão importante para as forças em uma reconhecida instituição educacional. Se este estabelecimento de ensino existisse, os oficiais da justiça militar e os comandantes combatentes que recebem seus assessoramentos poderiam se reunir periodicamente para tratarem do estudo de casos críticos dessa área.

O contexto estratégico das operações militares atuais apóia a necessidade de desenvolver um centro de excelência sinérgico.

Talvez em nenhum outro tempo na história da guerra os assuntos relacionados ao entendimento, aplicação e a conformidade à Lei do Conflito Armado tenham sido mais importantes. Entidades fora das Forças Armadas como as organizações não-governamentais — ONGs — grupos de pesquisa, jornalistas, comentaristas, estudiosos, acadêmicos, políticos e cidadãos têm se especializado nessa área. De fato, os peritos não profissionais que emergiram após os eventos de Abu Ghraib proporcionam uma razão convincente para assegurar que os advogados militares que assessoram os comandantes, particularmente os de escalão mais elevado, já tiveram a oportunidade de estudar a Lei do Conflito Armado em profundidade.

O começo das investigações e das inquisições precipitadas pelas violações suspeitas da Lei do Conflito Armado proporciona a comunidade legal militar do Departamento de Defesa uma oportunidade inigualável de adotar uma metodologia prospectiva para propiciar a Educação Legal Militar Profissional sobre a Lei do Conflito Armado: o estudo semelhante sobre a perícia da Lei do Conflito Armado em uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas. Na opinião deste autor, o local ideal para este centro de excelência seria a Escola de Comando e Estado-Maior Combinado ou a Escola de Guerra Nacional. No entanto, mais importante que a localização são os três fatores estruturais que devem ser levados em



Departamento de Defesa

Celas em um corredor da prisão de Abu Ghraib no Iraque. (15 agosto 2005)

consideração para maximizar os benefícios de uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas: a composição do corpo docente, o desenvolvimento do currículo e os benefícios para as organizações existentes.

As Forças Armadas podem montar a estrutura básica do corpo docente com os integrantes de vários departamentos legais existentes nas escolas como as academias militares, os centros de ensino e estado-maior e as escolas de guerra. Esses departamentos compartilham certas características estruturais: possuem um oficial superior que é um perito e que serve como chefe do departamento, movimentam membros do corpo docente subordinados e são integrados no currículo mais amplo da Educação Militar Profissional. Um outro aspecto que alguns desses departamentos têm em comum e que pode contribuir para a eficácia de uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas é a inclusão no corpo docente de professores civis que possuem a perícia nacional, e em muitos casos, internacional nesta disciplina.

Uma outra possibilidade favorável para uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas seria a inclusão de um ou de vários membros internacionais no corpo docente. Muitos de nossos advogados militares já perceberam o conhecimento impressionante da Lei do Conflito Armado que muitos de nossos contrapartes legais internacionais possuem; uma conclusão refletida pelo fato que a Escola

de Guerra Naval já convidou vários peritos, distinguidos internacionalmente, para assumir a posição de *Stockton Chair of Internacional Law* — talvez a posição mais distinta na área da Lei do Conflito Armado no Departamento de Defesa. A inclusão de tais oficiais no corpo docente proposta para a Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas substancialmente beneficiaria o corpo docente e os estudantes ao oferecer uma perspectiva mais internacional.

Um centro de excelência talvez possa incluir outros peritos no corpo docente. Por exemplo, peritos interagências podem servir como membros temporários do corpo docente ou como oradores convidados. E, em função de que muitos dos assuntos da Lei do Conflito Armado que surgem no nível tático têm o potencial de rapidamente passar para a importância estratégica, outros participantes da Educação Legal Militar Profissional poderiam ser juízes, promotores públicos e advogados para a defesa dos tribunais internacionais abjudicando os crimes de guerra alegados; os peritos da Lei da Guerra das Organizações não-Governamentais e os representantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Vários desafios surgirão no processo de desenvolvimento do currículo para esse centro de excelência. O primeiro, e talvez o mais significativo, seria identificar a relação apropriada com os cursos existentes da Educação Legal Militar Profissional. O desenvolvimento de um currículo complementar pode ser adotado. Ao fazer isso, as escolas de justiça militar de cada força singular deixariam de depender da Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas para satisfazer o componente da Lei do Conflito Armado dos seus programas mais amplos.⁸

Talvez o aspecto mais vantajoso de uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas seja o de poder oferecer mais oportunidades da Educação Legal Militar Profissional sobre a Lei do Conflito Armado para os advogados militares das outras forças singulares sem condições de freqüentarem o programa de Mestrado em Direito do Exército (ou uma universidade civil). Por exemplo, a Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas pode patrocinar um curso intensivo e periódico de 4 semanas da Educação Legal Militar

Profissional sobre a Lei do Conflito Armado. Os estudantes no programa de Mestrado na Escola de Justiça Militar do Exército, especializando-se na lei internacional, podem inscrever-se no curso para satisfazer as exigências do currículo. Seriam acompanhados pelos advogados militares de carreira que, por várias razões, não participarão em um programa de Mestrado. Por isso, uma fundação compartilhada de perícia será proporcionada a um número maior de pessoas.

Os recursos da Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas também podem ser usados para beneficiar o programa regular (não-jurídico) da Educação Militar Profissional. Ambos, os membros do corpo docente e os estudantes da Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas podem ser integrados na instrução e nas simulações para assegurar que os comandantes combatentes estão expostos ao tipo de problemas complexos da Lei do Conflito Armado que inevitavelmente encontrarão. A integração dos estudantes resultaria no benefício proporcionado a futuros líderes de receber assessores jurídicos no processo de planejamento e execução.

Um outro benefício a ser obtido neste centro de excelência combinado seria o papel que desempenharia para os grupos de pensadores para os assuntos da Lei do Conflito Armado. Os membros do corpo docente não só seriam incentivados, mas também exigidos, a produzir trabalhos práticos e eruditos relacionados à Lei do Conflito Armado. Atualmente, não existe nenhum jornal sobre a Lei do Conflito Armado; se tal jornal fosse desenvolvido em conjunto com a Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas, refletiria uma perspectiva mais homogênea e integrada sobre estes assuntos críticos.

A Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas também pode beneficiar-se de organizações existentes. Por exemplo, uma relação formal pode ser estabelecida entre a Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas e o Grupo de Trabalho da Lei da Guerra do Departamento de Defesa, com a Academia realizando pesquisas especiais para o Grupo de Trabalho.⁹ A função do Grupo de Trabalho já variou ao longo dos anos, mas a partir do início da Guerra Global Contra o Terrorismo

tem sido responsável por abordar uma miríade de assuntos relacionados à guerra. Também, recebeu a tarefa de prever assuntos em potenciais para as possíveis estratégias legais para tratar com esses assuntos. Em virtude do Grupo de Trabalho não possuir nenhum componente dedicado à pesquisa e análise, a maioria dos assuntos é abordada para um intento específico, dependendo do grupo de voluntários para conduzir a pesquisa e análise necessárias. Uma relação formal com a Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas permitiria ao Grupo de Trabalho submeter os assuntos aos membros do corpo docente para a pesquisa, análise e linhas de ação propostas. Tal integração é essencial para desenvolver um entendimento compreensivo e consistente da relação da Lei do Conflito Armado para as operações em andamento e as do futuro.

A hora é certa para aceitar uma nova abordagem ousada para desenvolver peritos genuínos da Lei do Conflito Armado entre todas as forças singulares — peritos que assegurarão que as futuras equipes de pessoas altamente capacitadas não são o produto da sorte aleatória, mas de um processo coerente da Educação Legal Militar Profissional. Ironicamente, por ser um tempo em que, virtualmente, todos os outros aspectos do treinamento e da conformidade com a Lei do

Conflito Armado já começaram a ser analisados minuciosamente, a Educação Legal Militar Profissional da disciplina não foi abordada. Para criar um processo coerente com o tema, o Departamento de Defesa tem que reconhecer que a referida lei é distinta de outras disciplinas do direito, assegurar que os advogados militares desenvolvam o mesmo nível de perícia nessa matéria como em outras e estabelecer um centro de excelência combinado — uma Academia da Lei da Guerra para as Forças Singulares Combinadas — para ensinar, estudar e pesquisar os assuntos da Lei do Conflito Armado.

Construir para o Futuro

Quando não é apenas possível, mas altamente provável, que um advogado militar superior, servindo como assessor jurídico de um comandante de milhares de homens em combate, tenha sido exposto a nada mais do que uma simples educação apressada sobre a Lei do Conflito Armado, alguma coisa está errada. Este risco pode até ser exagerado, mas não há dúvida nenhuma de que os conhecimentos e sofisticação dos críticos, estudiosos e peritos não-militares nesta área de estudos ainda vão aumentar. Nossos advogados militares merecem a oportunidade de acompanhar essa mudança e ficar atualizados. *MR*

Referências

1. Para ver o talvez mais conhecido exemplo deste tipo de trabalho, veja HERSH, Seymour "How the Department of Defense Mishandled the Disaster at Abu Ghraib," *New Yorker Magazine*, 17 de maio de 2004, e *Chain of Command: The Road from 9/11 to Abu Ghraib* (Nova York: HarperCollins, 2004). Para mais um exemplo, veja STRAUSS, March, "The Lessons of Abu Ghraib," originalmente colocado no site da Internet *Social Science Research Network Electronic Library*, disponível em: <http://ssrn.com/abstract=597061>, acesso em 11 de abril de 2006.

2. Apesar do acesso extensivo proporcionado aos advogados defendendo os soldados acusados de abuso, nenhum deles propiciou evidência crível para sustentar a teoria de "apenas obedecendo as ordens" como uma defesa ou como uma mitigação e extenuação os fins de julgamento.

3. SCHLESINGER, James; afirmação perante o Comitê do Senado sobre as Forças Armadas, Washington, D.C., 9 de setembro de 2004.

4. Entre estes foram incluídos os advogados militares designados do Estado-Maior do Comando Central, do V Corpo, da 1ª Div Blindada e da 101ª Divisão Aerotransportada.

5. Neste exemplo, uso um advogado militar do Exército porque entre as escolas de justiça militar das forças singulares, geralmente é aceito que o Exército proporciona a oportunidade mais extensiva de estudar a lei internacional. A Escola de Justiça Militar do Exército é a única escola de justiça militar das forças singulares sancionada pela *American Bar Association* (Associação de Advocacia Americano) para autorizar o título de Mestre em Direito (depois de um curso de duração de 9 meses no meio da carreira). Além do mais, os oficiais da justiça militar das outras forças singulares e das outras nações rotineiramente frequentam ambos, o programa de Mestre em

Direito e os cursos orientados para a lei da guerra conduzidos na Escola de Justiça Militar do Exército.

6. A instrução incluirá aproximadamente 4 dias na sala de aula.

7. Porém, se os oficiais estiverem nas Reservas do Exército ou na Guarda Nacional, provavelmente nunca terão esta oportunidade. Ao invés disso, poderão realizar um curso de 2 semanas, no qual um dia será dedicado à instrução da Lei da Guerra.

8. Por exemplo, os estudantes assistindo seus cursos básicos passariam várias semanas na Academia da Lei da Guerra das Forças Singulares Combinadas para estudar este assunto. Com respeito ao programa de Mestre em Direito do Exército, atualmente o único curso avançado para os advogados militares, os membros do corpo docente da Academia da Lei da Guerra das Forças Singulares Combinadas podem dar aulas na Escola de Justiça Militar do Exército para satisfazer os componentes centrais desse curso. Os estudantes de pós-graduação que decidirem realizar uma especialidade neste assunto podem frequentar um curso intensivo oferecido na Academia da Lei da Guerra das Forças Singulares Combinadas, a fim de satisfazer esse aspecto do currículo. Além do mais, um curso pode ser desenvolvido especificamente para proporcionar a preparação intensiva para os advogados militares escolhidos para servir nessa função nos estados-maiores, um conceito semelhante os programas de pré-comando da Educação Militar atualmente usados.

9. Estabelecido de acordo com uma diretriz do Departamento de Defesa, o Grupo de Trabalho da Lei da Guerra é a equipe de estudo primário dentro a comunidade jurídica do Departamento de Defesa para abordar os assuntos da Lei do Conflito Armado.